

RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.435 - SP (2013/0365269-5)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

RECORRENTE : MUNICIPIO DE SANTO ANDRE

ADVOGADOS : SEBASTIAO BOTTO DE BARROS TOJAL E OUTRO(S)

- SP066905

LUIZ EDUARDO PATRONE REGULES - SP137416

RECORRIDO : DONIZETTI MAINETTI E OUTRO

ADVOGADOS : SÍLVIO VALENTIM VALENTE E OUTRO(S) - SP017208

LUÍS RICARDO VIVIANI - SP111977

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ/SP**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento de agravo de instrumento, assim ementado (fl. 1.155e):

Desapropriação – Correção monetária – Juros compensatórios – Estando a questão coberta pela coisa julgada e à míngua de alegação da parte inviável dele se conhecer de ofício se nega provimento ao recurso.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1.169/1.171e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos arts. 535 e 730 do Código de Processo Civil, alegando-se, em síntese, vício de omissão do acórdão recorrido, “em razão da não apreciação quanto: (i) ao momento da realização do pagamento de suposta diferença devida; (ii) a necessidade de se expurgar os juros compensatórios, conforme a tese defendida pela Municipalidade; e, ainda (iii) a necessidade de se prequestionar as matérias aduzidas para fins de interposição de recurso perante as instâncias superiores”, “sob pena de caracterizar afronta ao artigo 5º, LIV e LV da Constituição Federal” (*sic*; fl. 1.204e).

Com contrarrazões (fls. 1.212/1.218e), o recurso foi admitido (fl. 1.251e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 1.264/1.267e.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do

provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

O Recorrente sustenta a existência de omissões no acórdão recorrido não suprida no julgamento dos embargos de declaração, porquanto não apreciadas as alegações relativas “(i) ao momento da realização do pagamento de suposta diferença devida; (ii) a necessidade de se expurgar os juros compensatórios, conforme a tese defendida pela Municipalidade; e, ainda (iii) a necessidade de se prequestionar as matérias aduzidas para fins de interposição de recurso perante as instâncias superiores” (*sic*; fl. 1.204e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia apresentada nos seguintes termos (*sic*; fls. 1.155/1.156e):

A questão suscitada pela agravante não colheria provimento pois está coberta pela coisa julgada e a menção ao dispositivo no artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, só faz sentido no desejo incontido do agravante em recorrer ao Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Anoto que o agravante em nenhum momento menciona que o precatório foi parcela nos termos do artigo 78, do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, e não incidindo na espécie o disposto no artigo 475, do Código de Processo Civil, a matéria não pode ser conhecida de ofício.

Assim posta a questão, nego provimento ao recurso, considerando pré-questionadas todas as normas citadas nas razões de agravo para fins de interposição de recurso especial e recurso extraordinário.

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Com efeito, haverá contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil quando a omissão disser respeito ao pedido, e não quando os argumentos invocados não restarem estampados no julgado, como pretende a parte Recorrente.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a dispensa ao julgador de rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes (v.g. Corte Especial, EDcl nos EDcl nos EREsp 1284814/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 03.06.2014; 1ª Turma, EDcl nos EDcl no AREsp 615.690/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 20.02.2015; e 2ª Turma, EDcl no REsp 1365736/PE, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 21.11.2014).

E depreende-se da leitura do acórdão recorrido que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa aplicável ao caso.

De outra parte, em relação à suscitada afronta ao art. 730 do Código de Processo Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do recurso especial.

Desse modo, em consonância com o entendimento desta Corte, nos casos em que a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se ao recurso especial, por analogia, a incidência da orientação contida na Súmula 284, do Colendo Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE VIOLAÇÃO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITO DE TERCEIRO. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR QUE EFETIVAMENTE UTILIZOU O SERVIÇO.

1. O recurso especial não pode ser conhecido no tocante à alegada ofensa à Resolução ANEEL 456/00. Isso porque o referido ato normativo não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, a, da CF.

2. A mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial,

devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. Hipótese em que incide a Súmula 284/STF, por deficiência na fundamentação.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 401.883/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 18/02/2014).

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE FOI INTERPOSTO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

(...)

3. No que tange à apontada violação do art. 292 do Código de Processo Civil, a insurgente restringe-se a alegar genericamente ofensa à citada norma sem, contudo, demonstrar de forma clara e fundamentada como o aresto recorrido teria violado a legislação federal apontada.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 441.462/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 07/03/2014).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora